



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



ASSESSORIA JURÍDICA PARECER N.º 140-2021

**REQUERIMENTO DE PARECER JURÍDICO.
TERMO DE FOMENTO COM A SER
ASSINADO COM A ORGANIZAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL (OSC) ASSOCIAÇÃO DE
PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
(APAE). PROJETO “DEFESA E GARANTIA
DE DIREITOS”. POSSIBILIDADE.
INCIDÊNCIA DA LEI 13.019/14.**

O Sr. Secretário da Administração encaminhou a essa Assessoria os Autos do Processo 095-2021, indagando sobre a viabilidade do Município firmar Termo de Fomento com a OSC Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) com fins ao repasse de recursos para execução do projeto “Defesa e Garantia de Direitos”, anexo aos Autos, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Consta dos Autos a Reserva de Dotação Orçamentária para o ano de 2021, estando contida na Ação de Despesa nº 2127 (Serviço de Proteção Especial ao Deficiente – Média Complexidade), Despesa 3.3.50.43 (Subvenções Sociais), Recurso 1 (Recurso Livre).

De posse das informações, esta Assessoria passa a analisar a questão.

Pela característica da entidade com a qual se pretende a formalização do Termo de Fomento, tem-se que a relação entre o Município e a entidade deverá ser regida pela Lei 13.019/14.



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



Por oportuno, pela existência de apenas uma entidade atuante na área em comento e pela singularidade do objeto do projeto, é caso de inexigibilidade da realização de Chamamento Público, em respeito ao determinado no *caput* do Art. 31 da Lei 13.019/14, conforme se colaciona a seguir.

Art. 31. **Será considerado inexigível o chamamento público** na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Desta forma, para fins de validade, será necessária a justificação da não realização do chamamento público.

Salienta-se ainda, que embora a não obrigatoriedade da realização do chamamento público, a APAE deverá adequar-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/14 (Lei do Marco Regulatório) quanto aos procedimentos e prestação de contas, uma vez que não são dispensadas as demais obrigações impostas pela Lei.

Salvo melhor juízo, é o parecer que encaminhamos à consideração superior.

Ibirubá/RS, em 23 de julho de 2021.

Luiz Felipe Waikrich Guterres
Assessor Jurídico
OAB-RS nº 86.826